

# 1. Introdução

A presente Tese de Doutorado é resultado de uma pesquisa iniciada sistematicamente em 2001, quando comecei a reunir textos publicados durante a Guerra de Canudos. Meu intuito foi permanecer em um dos eixos da pesquisa que resultou na minha dissertação de mestrado: as relações entre História e Literatura. No Mestrado, escrevi uma dissertação intitulada “Tudo que trago são papéis: história, escrita e ironia em ‘Que farei com este livro?’, de José Saramago”, na qual desenvolvi um trabalho de poética comparada, abordando os aspectos que aparecem no título do trabalho em confronto com a escrita de Luís de Camões em *Os Lusíadas*.

No Doutorado, desviei-me de um *corpus* pertencente à Literatura Portuguesa, para, de forma mais ambiciosa, mergulhar em um outro, bem mais extenso, agora no âmbito da Cultura Brasileira. Os textos estudados nesta tese tratam de Antônio Conselheiro, líder sertanejo da segunda metade do século XIX, e da Guerra de Canudos, que foi o ponto culminante de sua presença no sertão.

O conflito armado entre os seguidores de Antônio Conselheiro no sertão da Bahia e forças do exército brasileiro foi o clímax de uma sucessão de eventos iniciados ainda em 1893 com a ida de Antônio Vicente Mendes Maciel, nome de batismo do líder, para aquela região. Da documentação preservada, percebe-se com facilidade que a atuação do Conselheiro na região provocava uma clara e constante tensão entre os seus seguidores, representados pelo carisma de sua própria figura, e as forças oligárquicas constitutivas do poder local. Em um processo de contínuo agravamento, os acontecimentos na região culminaram numa sangrenta guerra, a partir da chegada de uma grande força militar, que não apenas conseguiu dar termo ao conflito, mas também arrasou todo o povoado e seus habitantes nos princípios de outubro de 1897. A guerra, enquanto evento histórico, causou grande impacto em todo o país. Pode-se afirmar que foi um conflito capaz de se manter sempre vivo na memória histórica do Brasil, não

apenas devido à magnitude dos acontecimentos, mas também por sua capacidade de produzir discursos a seu respeito.

A documentação sobre a guerra é das mais variadas e significativas em termos quantitativos de que se tem notícia na história do Brasil. Isso se deve ao fato de que o conflito no sertão baiano foi impactante a ponto de provocar o interesse não apenas de historiadores ou sociólogos, mas também dos afeitos às artes literárias. Tal aspecto se prolongou pelo século XX, motivando o aparecimento de revisões historiográficas, além de textos literários e de produções artísticas no campo da pintura, da fotografia e do cinema. Fundamental é destacar que, na época do conflito, o jornalismo foi o responsável por uma grande produção escrita acerca dos eventos belicosos do sertão. Trata-se de textos freqüentemente questionadores e reconstrutores do passado, aspecto que por si só demonstra a relevância deste estudo.

Tal fortuna discursiva é analisada em conjunto nesta tese, conferindo originalidade ao trabalho, que também aborda o que pode ser levado em conta na avaliação das origens da tradição cultural desenvolvida a partir dos eventos históricos em Canudos. Como se trata da análise das representações figurativas associadas ao conflito, o tema se insere na linha de pesquisa "Teorias de Literatura Contemporâneas", articuladas com formas práticas de representação escrita e visual, do departamento de Letras desta Universidade.

O *corpus* de estudo congrega textos de natureza variada, produzidos nos anos anteriores ao conflito, no seu decorrer e nos anos imediatamente posteriores. Está ali também uma produção mais recente, motivada pela revisão histórica que se fez de Canudos principalmente a partir da década de 1950. Como as fronteiras entre os gêneros textuais estudados são extremamente tênues, baseei-me nos estudiosos dos discursos históricos e biográficos para obter alguns pressupostos teóricos capazes de sustentar a presente investigação.

Em *The Politics of Post modernism* (1989), Linda Hutcheon nos fornece, entre outros aspectos, uma conceituação básica para este trabalho, qual seja a diferenciação entre evento (*brute event*) e fato (*meaning-granted fact*). Destaca com precisão a fundamental idéia de que todos os eventos passados são potencialmente fatos históricos, mas apenas os eventos escolhidos para serem narrados é que se tornam fato (Hutcheon, 1989, p. 75).

Em “L’Opération historiographique”, segundo capítulo do livro *L’écriture de l’histoire*, Michel de Certeau reconhece como marca indelével do discurso a impossibilidade de existência de considerações “capazes de suprimir a particularidade do lugar” de onde se fala e do “domínio” em que se realiza uma investigação (Certeau, 1982, p. 65). Além disso, destaca o quanto é fundamental um substrato teórico para uma prática no âmbito da história (termo que ele utiliza como sinônimo de historiografia). Nesse sentido, o trabalho intelectual de teóricos como Serge Moscovici, Michel de Foucault, Paul Veyne, entre outros, atestam, segundo ele, “um despertar epistemológico” baseado na idéia de que “receptível é apenas a teoria que por um lado abre as práticas para o espaço de uma sociedade e que, por outro lado, organiza os procedimentos próprios de uma disciplina” (p.66). Posta está a idéia, fundamental para esta tese, da história encarada como “operação” que “se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita*” (p. 66, grifos do autor).

Os autores dos primeiros escritos acerca dos eventos históricos ocorridos em Canudos filiam-se a um pensamento eminentemente positivista e muito anterior à conceituação acima exposta. Entretanto nós, quer sejamos teóricos, biógrafos ou mesmo leitores da atualidade, não temos como não imbuir nosso olhar sobre aquela produção da consciência dessa nova episteme. Minha escrita, fruto de minhas leituras e análises, tem esses pressupostos.

Boa parte dos textos analisados em um primeiro grupo da tese trazem à luz eventos que, por se localizarem em um plano menos macroscópico que o grande evento chamado “Guerra de Canudos”, pertencem ao nível do “não-acontecimental”, conceito de que Paul Veyne se utiliza no capítulo II da obra *Como se escreve a história*, chamado “Tudo é histórico, logo a história não existe”. O autor observa que a historiografia tradicional sempre valorizou os grandes acontecimentos “reconhecidos como tais desde sempre” (Veyne, 1971, p. 32), mas que o não-acontecimental, ou seja, “os acontecimentos ainda não saudados como tais” ou ainda “a historicidade da qual ainda não temos consciência” (1971, p. 32) enquanto historicidade, sempre ficou por decifrar. Está aí a idéia de que pensar o passado é reconhecer os vestígios dos acontecimentos que de alguma forma chegam até nós.

É nas idéias presentes no trabalho “Sobre a escrita de histórias da literatura”, de Siegfried J. Schmidt, que me baseio para assumir como falaciosa a idéia de passado como imagem da verdade. Segundo Schmidt, “por muito tempo, os historiadores tinham por certo que coisas como dados objetivos, podem primeiramente ser registrados de maneira empírica e depois combinados em uma imagem verdadeira do ‘passado’ não existem” (Schmidt, 1996, p.104). Isso se deve ao fato de que uma representação, qualquer que seja a sua natureza, tem de passar necessariamente pela mediação intelectual de quem a realiza. Essa mediação nada mais é do que a moldura epistemológica de que se vale, por exemplo, o historiador inscrito em determinada comunidade científica no processo da sua escrita historiográfica. Quanto a isso, escreve Schmidt:

Em resumo, um dado, esteja ele situado no passado ou no presente, é nada mais que um dado “à luz de” molduras teóricas de um observador específico, isto é, um sistema vivo de cognição. Aqui de novo a natureza construtivista de nossas operações cognitivas torna-se evidente e deve ser seriamente considerada de modo a evitar falácias objetivistas (1996, p. 104).

Na prática, ao trabalhar com textos verbais, literários ou não, e imagens produzidas a partir de Canudos, não seria possível desconsiderar o fato de que eles são fruto de uma construção, de uma operação cognitiva de orientação social de quem os registrou, o que rasura a pretensa objetividade do cientista. É a consciência teórica de que, ainda segundo Schmidt,

são os sujeitos que constroem significados a partir de textos e eles percebem e tratam textos como fenômenos literários em seu domínio cognitivo pela aplicação de normas lingüísticas e convenções que internalizaram no processo de socialização nos seus respectivos grupos sociais (1996, p. 113).

O processo de socialização a que se refere o teórico alemão está de pleno acordo com um dos três momentos definidores da operação histórica proposta por Michel de Certeau. Além disso, afasta-nos da idéia de que haja nos textos um imanentismo a ser decodificado na análise literária ou histórica, já que fica clara a participação cognitiva do intérprete enquanto agente construtor, a partir dos textos estudados.

Para reforçar a idéia de construtividade e embasar teoricamente o conceito de subjetividade, foi preciso recorrer às idéias do também teórico alemão Gebhard Rusch, contidas no texto *Teoria da história, historiografia e diacronologia* (Rusch, 1996, p. 133-167). Para tecer considerações a respeito da história enquanto processo de escrita, Rusch estabelece um panorama, abordando brevemente o posicionamento teórico de alguns importantes pesquisadores, como Claude Lévi-Strauss; R. G. Collingwood; Ch. Beard, W. H. Walsh e L. J. Goldstein; H. M. Baumgartner e W. H. Mommsen.

De Lévi-Strauss, destaca a idéia de que o objeto temático da história, “o passado ou a série de fatos históricos, é totalmente indeterminado” (p. 139) e que, assim sendo, o historiador não pode deixar de constituir o fato histórico por uma operação de abstração. Isso o leva à conclusão de que a historiografia é “totalmente construtivista” e que o método histórico tem por características essenciais a “abstratividade, seletividade, perspectividade e parcialidade” (p. 139).

De Collingwood, Rusch destaca a idéia radical da “inexistência do passado”, posto que o teórico entende serem os fatos históricos trazidos à luz pelos historiadores revelados, no sentido de tentar compreender o mundo pelos seus próprios pensamentos. Pode-se observar aí, igualmente, a orientação construtivista.

De Beard vem o ceticismo em relação ao caráter objetivo da história, já que o conhecimento nessa área do saber dependeria “das condições estruturais de sua construção” (1996, p. 140). Walsh, por sua vez, pontua a idéia de que entra na historiografia “o estatuto sistemático dos conceitos teóricos, de hipóteses específicas e gerais” (p. 141), o que naturalmente influencia a maneira de formular esquemas de interpretação. Por fim, Goldstein observa ser a metodologia de investigação histórica, permeada pelo relativismo do historiador, que por sua vez traz consigo pressupostos teóricos próprios, que vai construir o que sabemos a respeito do passado humano.

Finalmente, do pensamento mais recente de teóricos como Baumgartner e Mommsen, surge a reafirmação das visões anteriores, desfazendo a idéia de história como mera reprodução do passado, porque o sentido que dela se extrai provém da articulação construtiva “de elementos, processos, acontecimentos, ações localizáveis no espaço e no tempo” (Baumgartner, 1976, apud Rusch, 1996,

p. 142), o que lhe retira um *sentido objetivo*. O panorama de pressupostos oferecidos por Gebhard Rusch sinaliza modelos subjacentes à construção de conhecimentos históricos convergentes, ainda que à primeira vista eles possam dar a idéia contrária.

O texto de Gebhard Rusch aborda ainda questões fundamentais para este trabalho. São as idéias ligadas ao conceito de tempo e suas modalidades, bem como as idéias relativas a memória, recordação, narrativa e histórias, sempre associadas ao pressuposto básico de que, nas palavras do próprio Rusch, “o passado é uma construção intelectual, a qual é sustentada somente por certas conclusões (por exemplo, lógicas) e no contexto de concepções modelares que fundamentam tais construções” (p. 157).

De posse dessa base teórica, organizei o *corpus* de estudo em dois grandes grupos. O primeiro deles é tratado no capítulo dois (*Ruínas: Canudos e os acontecimentos a partir de uma diversificada documentação*). É um capítulo que se apresenta propositalmente numa perspectiva descritiva, pois parto da apresentação do *corpus* inicial com que trabalhei, algumas vezes apenas para registrá-los enquanto documento primário a respeito do conflito. Como são os textos escritos pouco antes, ao longo ou até cinco anos depois da guerra, procurei incluir todos de que se tem notícia e a que consegui ter acesso. Eles contêm importantes aspectos tanto do conflito, quanto de seus antecedentes e desdobramentos. Por estarem todos inclusos no estudo, considero esse primeiro grupo de textos o que menos sofreu minha influência de escolha. São escritos na década de 1890 e nos primeiros anos do século XX, predominantemente antes da publicação de *Os Sertões* (1902).

Com relação ao livro de Euclides da Cunha, limito-me apenas a tecer as considerações concernentes à reconhecida influência que a sua obra teve nas representações de Canudos produzidas ao longo do século XX. O livro é certamente uma referência preciosa, pela sua complexidade e riqueza de referências a variados ângulos dos acontecimentos em torno de Canudos. Desde o primeiro momento da pesquisa, não quis nem poderia me aprofundar em reflexões a seu respeito, sob pena de passar a ser esse o objeto básico da tese. É dispensável dizer, no entanto, que se reconhece plenamente a complexidade do texto e a gama

de possibilidades que ele oferece a qualquer pesquisador, a despeito (e por causa) da imensa fortuna crítica disponível hoje para estudo.

O segundo grande grupo é tratado no terceiro capítulo da tese a que denominei *Ecos: Canudos em múltiplas representações*. Trato em primeiro lugar da literatura publicada imediatamente após a guerra. Abordo nesse capítulo aspectos das duas primeiras obras publicadas depois do conflito. *Os jagunços*, novela do monarquista Afonso Arinos, publicada em 1898 e *O rei dos jagunços*, de Manoel Benício, cujo subtítulo é “*crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*”, livro publicado inicialmente em 1899 e reeditado em 1997, no centenário da guerra. Em 2003, surgiu uma nova edição, assinada pela professora Sílvia Maria de Azevedo, com um interessante estudo introdutório, que aponta questões a respeito da escrita do correspondente de guerra numa situação extremamente crítica, devido ao conflito em si, mas também pelo seu posicionamento em relação ao comandante das operações, o general Artur Oscar. Além disso, apresenta ao leitor uma rica coleção de notas explicativas ao longo de todo o texto e um glossário de termos relativos à época e ao sertão.

Das obras de ficção a respeito da guerra, escolhi *A Guerra do Fim do Mundo*, do peruano Mario Vargas Llosa, por sua inegável importância enquanto “eco” do conflito de Canudos. É um livro fruto de uma viagem do autor à região, mas também de uma extensa pesquisa a respeito do tema. A viagem é qualificada de aventura pelo próprio escritor, em texto sobre Jorge Amado: “Nos anos 70, quando, cheio de temor mas também de emoção, iniciei a aventura de escrever *A Guerra do Fim do Mundo*, romance baseado em Euclides da Cunha e na *Guerra de Canudos* /.../” (Llosa, sd).

O romancista assume seu caráter de pesquisador do tema histórico que será matéria da obra literária. O ensaísta Rinaldo de Fernandes, em artigo publicado em 16 de setembro de 2005, na *Gazeta Mercantil* de São Paulo, destaca o fato, utilizando declarações do próprio Vargas Llosa. Nelas, o escritor, após afirmar ter lido *Os sertões*, declara: “Creio ter lido praticamente tudo o que se escreveu até então sobre a Guerra de Canudos” e “A todo mundo eu explicava que não estava escrevendo um romance fiel à História, mas que queria realmente

conhecer a história para, digamos, mentir com conhecimento de causa" (Llosa, in Fernandes, 2005).

A discussão da idéia de “fidelidade à História” associada ao “mentir com conhecimento de causa” é o ponto de partida da discussão que inicio a respeito de *A Guerra do Fim do Mundo*, tendo em vista as conceituações teóricas anteriormente esboçadas.

Na poesia, Canudos tem forte representação no imaginário cultural popular. Trabalho com o poema *Canudos, história em versos*, obra do poeta e soldado, ex-combatente em Canudos, Manuel Pedro das Dores Bombinho (Bombinho, 2002). A obra, transcrita, apresentada e anotada pelo professor Marco Antônio Villa, é um extenso poema parcialmente escrito durante a guerra na base de operações militares, no morro da Favela, de onde se avistava Canudos, por um homem da região que lutava ao lado das forças republicanas brasileiras, num impressionante e vigoroso testemunho poético de quem esteve no chamado “teatro das operações” de guerra.

Da literatura de cordel, lido principalmente com os textos transcritos pelo pesquisador baiano José Calasans no livro *Canudos na Literatura de Cordel* (Calasans, 1984). Destaco a fundamental particularidade dos escritos encontrados junto ao local em que estava sepultado Antônio Conselheiro. São eles praticamente os únicos a mostrar uma visão do conflito na perspectiva dos que estavam dentro de Canudos. Todos os outros escritos são o olhar de quem esteve de fora da cidadela, ou que escreveu sobre ela em momento posterior à guerra.

A partir daí, interessam-me os desdobramentos que o assunto teve no âmbito do cinema e das artes plásticas. A Guerra de Canudos foi amplamente retratada em imagens impressas, principalmente no período do próprio conflito, por meio das fotografias de Flávio de Barros, mas também das imagens a ela associadas ao longo do século XX, em capas de livros, por exemplo. Analiso na tese as imagens de Tripoli Gaudenzi, publicadas no livro *Memorial de Canudos* e as fotografias de Evandro Teixeira que ilustram a obra *Canudos 100 anos*. O que mais chama a atenção nesse livro, e justifica sua inclusão no *corpus* de trabalho da tese, é o texto de Ivana Bentes, que contém o depoimento de pessoas que receberam na infância aquilo que denomino “ecos da guerra”. São filhos ou



netos de sertanejos que estiveram em Canudos e vivenciaram a cidade dos tempos do Conselheiro.

Por fim, faço uma reflexão a respeito da guerra em produções cinematográficas. Entre elas, selecionei *Guerra de Canudos*, de Sérgio Rezende. A escolha se baseou na idéia de relacionar duas obras bem recentes à tradição interpretativa de Canudos com base em *Os sertões*. Além disso, apresento um estudo sobre messianismo, a partir de dois filmes de Glauber Rocha: “Deus e o Diabo na Terra do Sol”, para sinalizar como o cineasta lê e representa no cinema a conjuntura sócio-econômico-cultural do Brasil oitocentista refletido nas questões político-econômicas da década de 1960.

No quarto e último capítulo do desenvolvimento da tese, reúno aspectos do cenário em ruínas, trabalhado no capítulo dois, e dos ecos, tratados no capítulo três, para propor uma possível visão biográfica de Antônio Conselheiro. Ao longo da pesquisa, percebi que, em boa parte das representações dos eventos da guerra, o que emerge são dados que apontam algum aspecto da vida do líder religioso. Desta feita, a teoria a respeito da escrita biográfica, bem como suas implicações no ato de narrar a história, é um eixo norteador deste trabalho e se torna fundamental para o desenvolvimento de uma espécie de ensaio biográfico presente no quarto capítulo da tese.

Em “Biografia Jornalística: o texto da complexidade”, a pesquisadora Diana Damasceno nos lembra que “a biografia se configura como narrativa retrospectiva da vida de alguém, realizada por outra pessoa” (Damasceno, 2002, p. 25). Se é lícito encarar a biografia como *narrativa*, também o é chamar o biografado de *personagem*.

Em “La vida como narración”, capítulo terceiro de seu livro *El espacio biográfico, dilemas de la subjetividad contemporánea*, a pesquisadora argentina Leonor Arfuch relaciona o espaço biográfico, ou seja, a escrita do texto e todos os aspectos a ela correlatos, ao discurso narrativo, no qual a temporalidade assume papel de relevo na representação. Entretanto, de forma similar à percepção de Linda Hutcheon em relação à fixação dos eventos históricos em uma narrativa estruturante do fato histórico, Arfuch observa uma “relevância filosófica entre o tempo do mundo da vida, e o do relato e da leitura” (Arfuch, 2002, p. 87). Assim,

reconhece o paradoxo estabelecido pela “humanização” do tempo à medida que ele é articulado numa forma narrativa:

Falar de relatos então, dessa perspectiva, não remete somente a uma disposição de acontecimentos – históricos ou ficcionais -, em uma ordem seqüencial, a um exercício mimético daquilo que constituiria primariamente a ação humana, com suas lógicas, seus personagens, tensões e alternativas, mas à *forma por excelência da vida* e por fim, à hipótese de que existe, entre a atividade de contar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas que apresenta uma forma de necessidade “transcultural”. (p. 87,88)

Dessa forma, mesmo tentando romper com a estrutura narrativa tradicional, escrever biograficamente sobre Antonio Conselheiro é tratar das figurações atribuídas pela produção intelectual a seu respeito ao longo de sua vida, principalmente dos últimos anos, e também depois da sua morte, em um processo aberto e contínuo. É tentar pensar o homem enquanto personagem da sua própria história contada a partir do trabalho de terceiros. Por isso, evito usar a expressão “biografia de Antonio Conselheiro”, porque o trabalho necessariamente teria a pretensão de ser algo totalizante, ou seja, aquilo que, dentro de uma coerência narrativa, deveria dar conta de todos os aspectos concernetes à matéria tratada. Prefiro então falar em “escrita biográfica”.

Há por fim uma questão central a ser abordada já nesta introdução. Podem-se perceber discrepâncias entre o discurso historiográfico e, por exemplo, as representações artísticas a respeito de Canudos. Elas se refletem em aspectos por vezes sutis. Na arte, a figura do Conselheiro ocupa papel central na representação dos eventos, mas na escrita da história, à medida que o conflito se agrava, sua posição de liderança vai se restringindo às orientações espirituais, ao passo que as decisões quanto às operações de guerra ficam a cargo dos que formam sua guarda pessoal.

Não se trata de meras diferenças oriundas da natureza ficcional de um tipo de linguagem em contraste com o não-ficcional de outro. Isso porque, de acordo com as idéias de Linda Hutcheon (1989), ao fazer a distinção entre o *evento* e o *fato*, pode-se perceber que, ao lado do ‘evento em si’, é possível construir um fato, a que necessariamente se relaciona um significado. Dessa forma, mesmo sendo

enunciado por meio de um discurso que se pretende não-ficcional, o fato histórico é tão fruto de uma construção discursiva quanto uma narrativa ficcional. Isso não quer absolutamente dizer que a relação ‘evento – fato’ pode ser compreendida pela relação de oposição entre ‘real’ e ‘ficcional’. Ambos, evento e fato, pertencem ao campo do não-ficcional. Diferenciam-se basicamente por ser o último fruto de uma construção discursiva, mediada pelo uso de uma linguagem que inscreve em si contextos sociais e ideológicos (p. 67).

Dessa forma, as referidas discrepâncias entre representações assumem, nas reflexões contidas nesta tese, um caráter ainda mais peculiar. De um lado, há uma documentação de caráter informativo, que versa sobre os eventos ocorridos em Canudos. De outro há o que chamei de “representações artísticas”, elaboradas a partir dos eventos. Ambos então se reportam aos eventos históricos associados ao conflito e nada mais são que tentativas de construção de um passado plausível. A questão colocada em termos das discrepâncias mencionadas é que não se trata apenas de separar discurso artístico de discurso histórico. Pode-se afirmar que é inerente à arte a explícita visão pessoal do artista ao criar, por exemplo, visões de um evento histórico. Entretanto, também é inerente à escrita da história, como vimos nas idéias de Michel de Certeau, Siegfried Schmidt e Gebhard Rusch, brevemente apontadas neste texto introdutório, o seu caráter indissociável de certo subjetivismo do historiador abrandado ou não por sua comunidade científica, ou de quem escreve ‘texto de história’ sem necessariamente ter consciência do papel historiográfico da sua escrita. É o caso, por exemplo, dos textos de Manoel Benício.

Isso por si só é, contudo, incapaz de justificar tais diferenças, porque a documentação não artística (os textos historiográficos, relatos de ex-combatentes, cartas de políticos da época, reportagens dos correspondentes de guerra) é, novamente lembrando a conceituação proposta pelos teóricos apresentados no início desta introdução, igualmente fruto de construção. “Conhecer o passado torna-se uma questão de representação, isto é, de construção e representação, não de registro objetivo”. É o que escreveu Linda Hutcheon (p. 74), acrescentando, ao tratar de metaficção historiográfica, a idéia de que:

os aspectos metaficcionais da metaficção historiográfica também põem em evidência áreas nas quais a interpretação penetra o domínio da representação historiográfica /.../ para negar qualquer noção de história enquanto representação objetiva de eventos passados, e afirmá-las como representação interpretativa daqueles eventos do passado, a que são associados significados (como fatos históricos) pelo discurso peculiar dos historiadores (p. 74).

Falo dessa questão já na apresentação da tese por entender que não é possível tratar o material escolhido sem estar plenamente consciente de que lido com escolhas subjetivas e acidentais de toda ordem, ora mais óbvias, como nos discursos artísticos, ora menos, como nos textos historiográficos e jornalísticos. Atravessam todas elas ainda a minha própria visão, uma vez que o meu texto é ele também, parafraseando a conceituação de Michel de Certeau, uma operação: falo de um lugar social bem determinado e, para chegar à escrita, parto de uma prática científica de coleta de informações processadas pela minha capacidade associativa e interpretativa, enquanto pesquisador do assunto, à luz de uma formação pautada em estudos literários.